ISSN: 2358-8829

UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES FRENTE À ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA PSICÓTICA

Maria Clara de Araújo Souto Badu [1]
Dayara Almeida Sicupira [2]
Jailma Belarmino Souto [3]
Maria Lígia de Aquino Gouveia [4]

INTRODUÇÃO

A infância é uma categoria socialmente construída que passou por profundas transformações socio-históricas, sendo diretamente atravessada pelas condições políticas, econômicas e culturais de cada época (NASCIMENTO *et al.*, 2008). Na Antiguidade Ocidental, a concepção de infância estava profundamente vinculada às estruturas sociais, familiares e culturais de cada sociedade. As crianças eram inseridas em processos de socialização orientados pelos valores e pelas expectativas do mundo adulto, sendo sua formação frequentemente direcionada à preparação para os papéis sociais que deveriam desempenhar futuramente.

Nessa perspectiva, pode-se compreender a existência de uma concepção pré-sociológica da infância, na qual as particularidades infantis não eram necessariamente reconhecidas a partir dos mesmos pressupostos que fundamentam as concepções contemporâneas de desenvolvimento e direitos da criança. Conforme Silva e Carvalho (2023), essa perspectiva é caracterizada pela compreensão da criança sob o estatuto de "adulto em miniatura", expressão que remete à subordinação da experiência infantil às exigências e aos valores do universo adulto (ARIÈS, 1981).

Entretanto, essa interpretação não deve ser entendida como uma descrição uniforme de todas as sociedades da Antiguidade, existiam formas específicas de cuidado, educação e socialização das crianças, que variavam conforme o gênero e a posição social. Assim, a infância era vivenciada de maneiras distintas, sendo atravessada pelas

[1] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, maria.clara.badu@aluno.uepb.edu.br;
[2] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, dayara.sicupira@aluno.uepb.edu.br;
[3] Doutora pelo Curso de Letras/Literatura Brasileira da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jailma.psy@servidor.uepb.edu.br;
[4] Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ligiagouveia@servidor.uepb.edu.br.

ISSN: 2358-8829

desigualdades sociais e pelas expectativas familiares. A análise histórica permite, portanto, compreender que as representações da criança e as práticas dirigidas a ela não permaneceram estáticas, mas são constituídas e transformadas ao longo do tempo.

A partir do século XVIII acontecem mudanças notáveis nas concepções referentes a infância, concebendo-a como uma etapa vital dotada de especificidades e características próprias (SARMENTO; VASCONCELOS, 2007).

Nesse horizonte de transições paradigmáticas, o campo científico do século XX formulou muitas teorias em torno da infância como etapa do desenvolvimento e, com os estudos realizados por Freud e a fundação da psicanálise, foram elaboradas teorizações sobre a constituição da subjetividade humana considerando o lugar da criança nas configurações familiares e também, de forma revolucionária a teoria da sexualidade infantil. Sob a égide psicanalítica, subverteu-se a noção clássica de infância ao compreendê-la a partir da determinação do inconsciente e da sexualidade infantil.

Com o avanço do século XX e o surgimento de teorias psicanalíticas, destacando entre elas, as contribuições de Lacan e sua releitura da obra freudiana, a criança é teorizada como um ser marcado retroativamente pelo desejo do par parental; ao ser investida no imaginário e no simbólico previamente ao seu nascimento biológico, o *infans* depende radicalmente do Outro tutelar — enquanto linguagem, cultura e cuidadores primários — para ser inserido na ordem simbólica e operar sua constituição psíquica, encontrando saída em uma das três grandes estruturas clínicas: neurose, psicose ou perversão (BERNARD *et al.*, 2014).

Ao conferir ênfase à psicose, objetivo do presente trabalho, a articulação freudo-lacaniana permite apreendê-la não sob a ótica do déficit cognitivo ou da patologia médica, mas como uma posição substituível e singular frente ao Real. Guerra (2010) discorre que essa estrutura se manifesta quando o sujeito se vê incapaz de responder a uma "situação-limite" que exigiria a convocação do operador psíquico Nome-do-Pai. A não inscrição desse significante primordial lança o indivíduo à condição de objeto assujeitado ao gozo do Outro.

No campo da infância, embora persistam múltiplos debates teóricos, predomina a perspectiva descrita por Volvonich (1993), que caracteriza a psicose infantil como um "fracasso no campo da subjetivação", frequentemente articulado aos efeitos do discurso parental. Estando impossibilitada da metáfora e do deslizamento significante, a criança

possui dificuldades no ato de simbolizar, no brincar de faz de conta e em se submeter as leis e convenções do laço social e discursivo.

Nesse cenário, insere-se a discussão sobre as possibilidades de escolarização da criança psicótica no contexto da educação inclusiva. Jerusalinsky (1999), pontua que embora haja a ausência da pulsão epistemofílica e do desejo de saber, a criança estruturada subjetivamente na psicose é dotada de capacidades cognitivas e intelectuais. Desse modo, a escola, enquanto instituição que ocupa lugar central na vida social da criança, constitui-se como o primeiro espaço de laço social para além do par parental, no qual são transmitidas não apenas normas e conteúdos, mas também modos de relação com o outro e com o saber. Quando o educador consegue acolher a singularidade dessa criança, sustentando uma posição de escuta, a escola pode operar como um dos lugares onde o sujeito encontra possibilidades de simbolização. Assim, faz-se necessário discorrer sobre a função escolar de subjetivação e seu potencial enquanto local privilegiado como facilitador da circulação da palavra e estabelecimento de vínculos. Diante disso, esse trabalho teve como objetivo discutir as possibilidades de escolarização da criança psicótica no contexto educacional, a partir da interlocução entre Psicanálise e Educação.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases LILACS, PePSIC e SciELO, com as palavras norteadoras “psicose infantil”, “educação inclusiva” e “clínica psicanalítica”, combinadas pelos operadores booleanos AND e OR, sem recorte temporal, a fim de abranger maior parte da produção científica. Foram incluídos artigos completos em português e/ou inglês que abordassem a escolarização de crianças com psicose e suas interfaces com a educação e a clínica psicanalítica; foram excluídos trabalhos duplicados, resumos, dissertações, teses e estudos sem relação direta com o objeto. Obtiveram-se 10 artigos, analisados qualitativamente para compreender as contribuições do referencial psicanalítico à inserção e permanência da criança psicótica na escola, bem como os limites e impasses desse processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. A estrutura psicótica

ISSN: 2358-8829

Diferentemente das abordagens centradas exclusivamente em déficits ou transtornos do desenvolvimento, a perspectiva freudo-lacaniana compreende a psicose não como uma enfermidade mental no sentido médico tradicional, mas como uma posição subjetiva e uma forma particular de estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem, com o Outro e com o laço social (ALVERNE; MARTINS, 2016). Na teoria lacaniana, diferentemente da neurose, em que opera o mecanismo do recalque, a psicose é marcada pela foraclusão de um significante fundamental, o Nome-do-Pai. A ausência dessa operação simbólica deixa o sujeito desamparado diante das exigências do mundo simbólico e dificulta sua inserção nos discursos socialmente compartilhados. Embora habite a linguagem, o sujeito psicótico encontra-se numa posição singular frente ao discurso, ou seja, ele possui uma dificuldade estrutural em estabelecer laços sociais e circular por significações socialmente compartilhadas (VOLTOLINI, 2021).

O ser humano nasce do encontro entre um organismo biológico e o campo simbólico da linguagem, transmitido por uma estrutura familiar. O que se desenvolve é o corpo; o sujeito, por sua vez, se estrutura a partir do campo do Outro. O primeiro tempo dessa estruturação é o da alienação. O bebê é recebido por um Outro primordial, em geral a mãe, que supõe nele um sujeito antes que ele o seja, interpreta seu choro como uma demanda e o nomeia. Nesse movimento, o bebê se faz objeto do desejo materno, identificando-se imaginariamente com aquilo que supostamente falta à mãe, o falo (LACAN, 1957/1958). Trata-se de um engodo necessário, essa antecipação sustentada pelo Outro é condição necessária para que a criança entre no campo estruturado da linguagem.

O segundo tempo é o da separação. Ainda segundo Lacan (1957/1958), a alternância entre a presença e a ausência da mãe, o investimento materno em outros objetos e a entrada de um terceiro que representa a função paterna mostram à criança que ela não é tudo para a mãe. Dor (1991) ressalta que essa função não depende da presença física de um homem, mas que a mãe reconheça, ela mesma, uma lei que a excede, seu desejo que vai para além do filho. Quando a função opera, o significante Nome-do-Pai substitui o significante do Desejo da Mãe, que é recalcado, e é dessa operação, a metáfora paterna, que a criança emerge desejante e subjetivando no laço social.

No caso da estruturação subjetiva da psicose, na relação com o Outro, a criança é capturada, sem separação possível, pelo gozo de um Outro intrusivo. Em lugar do enigma sobre o que o Outro quer, que a metáfora paterna instalaria na criança neurótica, a relação

se organiza pela certeza de que o Outro sabe e determina o que ela deve fazer (KUPFER; FARIA; KEIKO, 2007). Vanoli e Bernadino (2008). Nessa condição a criança pode ficar prisioneira de uma palavra absoluta, de sentido único, sem condições de operar por metáfora. Do ponto de vista clínico, Bernardino (2010) descreve a criança em vias de estruturação psicótica, como constantemente ameaçada pelo aniquilamento, pela falta de identidade e de uma possibilidade simbólica de reconhecimento. Os sinais característicos da psicose surgiriam, então, como defesas a esse gozo que ameaça.

2. As particularidades da psicose infantil

Na criança, a estrutura descrita ganha contornos próprios, pois o sujeito ainda está em vias de se constituir. Bernardino (2010) lembra que a infância reúne o desenvolvimento e as operações psíquicas que definem a relação do sujeito com o Outro, e que esse inacabamento dificulta a delimitação de quadros nosológicos nítidos. A não inscrição do Nome-do-Pai na criança não significa, necessariamente, psicose, já que "isso que não está inscrito pode ainda estar aberto a inscrições" (BERNADINO, 2010, p. 118). Por isso a autora propõe as psicoses não decididas como operador clínico mais condizente com o tempo da infância, e Vasques (2009) registra certo consenso, no campo freudo-lacaniano, quanto ao caráter não decidido desses quadros na infância e na adolescência.

Não há acordo, contudo, sobre o momento em que a estrutura se decide. Segundo Vanoli e Bernardino (2008), autores como Calligaris e Jerusalinsky só admitem falar de psicose infantil após uma inscrição definitiva, na latência ou, mais tardiamente, na adolescência. Bernardino, por sua vez, defende um tempo de escuta capaz de confirmar a estrutura, e não apenas uma sintomatologia, pois alguns quadros próximos de um desfecho psicótico podem ser revertidos pelo trabalho psicanalítico. Belfi e Lucero (2021) consideram precipitado afirmar a foraclusão antes da resolução edípica, em meados da adolescência, e Mexko e Galhardi (2014) apontam que o trabalho com a criança e com os representantes das funções materna e paterna pode produzir novas inscrições, se iniciado enquanto a estrutura não está decidida.

Quanto à relação com o Outro, a criança é capturada, sem separação possível, pelo gozo de um Outro intrusivo: em lugar do enigma sobre o que o Outro quer, que a metáfora paterna instalaria na criança neurótica, instala-se a certeza de que o Outro sabe e determina o que ela deve fazer (KUPFER; FARIAS; KEIKO, 2007). Vanoli e Bernardino (2008) resumem o efeito: a criança fica prisioneira de uma palavra absoluta, de sentido

ISSN: 2358-8829

único, sem condições de fazer metáfora. Clinicamente, Bernardino (2010) a descreve como constantemente ameaçada pelo aniquilamento, pela falta de identidade e de possibilidade simbólica de reconhecimento; os sintomas da psicose surgiriam, então, como defesas contra esse gozo ameaçador.

Vanoli e Bernardino (2008), apoiadas em um manual de psicopatologia infantil, reúnem entre os traços dessas crianças a dificuldade de se afastar da mãe e de compreender gestos e linguagem, a fala ecolálica, o uso estereotipado de formas verbais e a inversão pronominal. Mexko e Galhardi (2017) acrescentam as estereotipias motoras, a criação de palavras que só ganham sentido na história da criança e a incapacidade de brincar de faz de conta, notando que, enquanto no adulto se observam sobretudo delírios e alucinações, na criança chamam atenção esses outros fenômenos. Isso não exclui que ela também delire e alucine; porém, na infância o limite entre fantasia e delírio é tênue, e só a posteriori, na transferência, é possível afirmar a estruturação psicótica (ALVERNE; MARTINS, 2016; MURIA; BITTENCOURT, 2024).

Trata-se, portanto, de uma estrutura em construção. Para Bernardino (2010), o diagnóstico deve ser formulado diante de uma fragilidade no processo de estruturação subjetiva que pode desencadear defesas de tipo psicótico, quando a questão central não é perceptiva ou cognitiva, e colocado como possibilidade, e não como fato estabelecido. Essa aposta tem consequências práticas, pois permite indicar precocemente um tratamento, e repercute diretamente na escola, lugar em que a criança em constituição encontra adultos e instituições que também leem, e muitas vezes nomeiam, o que ela é (VASQUES, 2009).

3. Educação inclusiva e a escolarização de crianças psicóticas

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da diversidade humana e no entendimento de que a escolarização é um direito de todos, independentemente de diferenças cognitivas, físicas, comportamentais ou subjetivas. A inclusão vai além da inserção física do estudante: abrange a construção de condições institucionais que favoreçam sua participação nas atividades pedagógicas e nas relações do cotidiano escolar, considerando as particularidades de cada sujeito, o que exige superar práticas baseadas unicamente no discurso escolar hegemônico e em sua homogeneização dos processos de aprendizagem (BOFF; MACHADO, 2024).

ISSN: 2358-8829

Assim, as dificuldades na escolarização não podem ser atribuídas unicamente às características individuais dos estudantes, devendo ser analisadas também à luz das condições institucionais e pedagógicas da escola, o que implica romper a centralidade dos modelos normativos e reconhecer diferentes formas de participação escolar e apropriação de conhecimento (COSTA et al., 2026).

A escolarização de crianças psicóticas é relevante para essa discussão porque diz respeito a estudantes com particularidades na relação com a linguagem, com o Outro e com o laço social, o que produz impasses diante das exigências tradicionais do contexto escolar. Para a psicanálise, tais impasses não se reduzem a limitações intelectuais ou comportamentais, o que reforça a insuficiência de práticas pautadas na adequação de todos os alunos a padrões previamente estabelecidos (MEXKO; GALHARDI, 2014).

O debate sobre educação inclusiva oferece recursos para problematizar o acesso, a permanência e a participação da criança psicótica na escola; contudo, o reconhecimento do direito à escolarização não elimina os impasses do encontro entre a singularidade subjetiva da criança e as exigências do meio educativo. A interlocução entre psicanálise e educação é, assim, ferramenta para compreender os limites e possibilidades dessa escolarização, considerando tanto a constituição psíquica da criança quanto as condições institucionais que atravessam sua experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura consultada indica que a escolarização de crianças com estruturação subjetiva psicótica apresenta desafios que ultrapassam as dificuldades de aprendizagem tradicionalmente reconhecidas, pois, na perspectiva psicanalítica, os impasses da psicose infantil relacionam-se à constituição subjetiva e à maneira como a criança estabelece suas relações com a linguagem, o Outro e o laço social, não se reduzindo à ausência de competências intelectuais (MEXKO; GALHARDI, 2014).

Fuziy e Mariotto (2010) discutem que, ao deslocar a associação entre dificuldades escolares e déficits cognitivos e/ou comportamentais, é possível reconhecer a criança em sua posição de sujeito, sem restringi-la às capacidades intelectuais ou às limitações apresentadas. Assim, a presença da criança psicótica no ensino regular convoca a instituição a reconsiderar e flexibilizar suas práticas, sem tomar a singularidade subjetiva como impedimento absoluto à escolarização.

ISSN: 2358-8829

De modo similar, Lerner e Fonseca (2020) analisam os efeitos do discurso educativo na construção da subjetividade e na manifestação de sintomas na escola, apontando que a forma como os educadores nomeiam e interpretam as dificuldades dos estudantes produz efeitos sobre a posição institucional. O reconhecimento da criança predominantemente por suas limitações pode cristalizar uma identidade marcada pela incapacidade, enquanto a abertura à singularidade possibilita outras relações com a aprendizagem e com o espaço escolar. Nesse sentido, a escola pode ampliar suas experiências sociais, desde que suas intervenções não se orientem pela exigência de normalização. Fuziy e Maiotto (2010) acrescentam que esse acolhimento demanda uma atuação compartilhada, envolvendo não apenas adaptações curriculares e físicas, mas também a preparação docente e a organização das relações institucionais.

Lerner et al. (2016) aprofundam a compreensão da escola como espaço de possibilidades subjetivas ao apresentarem a experiência do Núcleo de Educação Terapêutica, fundada na articulação entre psicanálise e educação. Defendem uma concepção ampliada do ato educativo, que ultrapassa a transmissão de conhecimentos e funciona como lugar de enunciação para a criança, em que atividades coletivas, encontros com pares e inserção no campo da linguagem podem favorecer deslocamentos subjetivos e possibilidades de vínculo com o outro.

Meirelles (2008), ao discutir os efeitos terapêuticos do discurso escolar, destaca a mediação dos educadores e o contato com diferentes experiências escolares como fatores que favorecem o envolvimento das crianças em atividades lúdicas, produções gráficas e interações com pares. Essas experiências podem produzir efeitos subjetivos que ultrapassam a aprendizagem formal, oferecendo referências simbólicas distintas das familiares e novas formas de relação com o ambiente e suas demandas (MEIRELLES, 2008; FUZIY; MARIOTTO, 2010).

Esses efeitos potencialmente terapêuticos não significam, contudo, que a escola deva assumir função clínica ou que o professor deva ocupar o lugar de analista. Gavioli (2008) aponta a importância da articulação entre acompanhamento clínico e contexto educacional, enquanto Ribeiro e Bastos (2007) destacam o diálogo entre profissionais da saúde mental e equipes pedagógicas para construir intervenções sensíveis às particularidades das crianças e aos riscos de segregação. A contribuição da psicanálise consiste, sobretudo, em oferecer outra perspectiva de compreensão do sujeito e dos impasses educativos, preservando as especificidades da educação (LIMA, 2001). Assim,

ISSN: 2358-8829

a dimensão subjetivante da escola se sustenta nas condições de acolhimento e nas relações estabelecidas em seu cotidiano, não na adoção de procedimentos clínicos.

De modo geral, a revisão aponta que a escolarização da criança psicótica deve ser compreendida como processo singular, cujos efeitos não podem ser antecipados apenas pela estrutura clínica ou por diagnósticos. Destaca-se a tensão entre as exigências normativas da escola e a necessidade de reconhecer os modos singulares de relação da criança com a linguagem e com os outros: regras, expectativas de aprendizagem e formas de organização coletiva podem constituir obstáculos quando aplicadas de modo inflexível, mas, mediadas com atenção às particularidades do sujeito, oferecem referências e possibilidades de participação antes indisponíveis.

Entende-se, portanto, que, ao reconhecer o sujeito para além de seus sintomas e oferecer condições de participação nas experiências coletivas, a escola pode constituir espaço relevante de sustentação subjetiva e de laços sociais, desde que suas práticas institucionais acolham a singularidade, reconheçam os limites da intervenção educativa e sustentem uma aposta nas possibilidades de construção subjetiva da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discutiu as possibilidades de escolarização da criança psicótica a partir da interlocução entre psicanálise e educação. Concluiu-se que, embora apresente entraves na aprendizagem tradicional, a criança psicótica pode encontrar na escola um espaço de inserção no laço social. Na perspectiva freud-lacaniana, tais entraves não decorrem de déficit cognitivo, mas de uma posição subjetiva marcada pela foraclusão do Nome-do-Pai e por dificuldades de simbolização, de acesso à metáfora e de sustentação do laço social.

Evidenciou-se a função escolar para além da transmissão de conteúdos, podendo o espaço pedagógico favorecer a circulação da palavra, o vínculo e a sustentação subjetiva, desde que reconheça a singularidade da criança e ultrapasse os padrões do discurso escolar hegemônico. Seus possíveis efeitos terapêuticos não conferem à escola função clínica, mas reforçam a importância da articulação entre educação e saúde mental.

O estudo contribui para a discussão sobre a inclusão escolar de crianças em posição subjetiva psicótica, promovendo reflexões sobre a formação docente e as práticas pedagógicas e institucionais. Por se tratar de revisão da literatura, seus resultados

restringem-se às produções analisadas, exigindo cautela quanto às generalizações sobre os efeitos da escolarização nos processos de subjetivação.

Por fim, ressalta-se a necessidade de investigações, sobretudo qualitativas, que aprofundem as relações entre psicose infantil e educação inclusiva, contemplando as experiências das crianças e dos profissionais envolvidos em sua escolarização.

Palavras-chave: Psicose infantil; Educação inclusiva; Clínica psicanalítica.

REFERÊNCIAS[5]

ALVERNE, Larissa Arruda Aguiar; MARTINS, Karla Patrícia Holanda. Um palácio abandonado: um estudo sobre a psicose na infância. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 65-72, jan./jun. 2016. *

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BELFI, Lara Batista; LUCERO, Ariana. Psicose infantil e desejo materno a partir da topologia do nó borromeano. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 536-547, 2021.

BERNARD, David; TANGUY, Chantal; OTTAVI, Laurent; CAMAS MARTINS, Mariel. A marca do desejo parental. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 74–88, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672014000300007&script=sci_arttext

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. Mais além do autismo: a psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 28, n. 61, p. 111-119, abr./jun. 2010.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. DE B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, v. 40, p. e85133, 2024.

COSTA, Maria Raimunda Madureira da et al. Inclusão escolar e práticas pedagógicas: reflexões teóricas e relato de experiência na educação básica. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 58, p. 1–16, 2026. DOI: https://doi.org/10.56238/levv17n58-050

DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FINK, Bruce. **Introdução clínica à psicanálise lacaniana**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

[5] [5] *As referências que possuem asteriscos se referem aos artigos provenientes do processo de busca descrito na sessão de metodologia.

FUZIY, Michelle Hattori; MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Considerações sobre a educação inclusiva e o tratamento do Outro. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 28, n. 62, p. 189–198, jul./set. 2010. *

GAVIOLI, Camille Apolinário. Algumas articulações psicanalíticas acerca do tratamento e da escolarização de uma criança psicótica. **Psychê**, São Paulo, v. 12, n. 23, dez. 2008. Disponível em:https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-11382008000200010&script=sci_arttext *

GUERRA, Andréa M. C. **A Psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**: um enfoque transdisciplinar. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

KUPFER, M. Cristina M.; FARIA, Carina; KEIKO, Cristina. O tratamento institucional do Outro na psicose infantil e no autismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 156-166, 2007.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 3**: as psicoses (1955-1956). Tradução de Aloisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 5**: as formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

LIMA, Christiano Mendes de. Clínica do autismo e das psicoses infantis ou como pensar a articulação psicanálise-educação no tratamento das "crianças-objeto". **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 28–39, 2001. *

LERNER, Ana Beatriz Coutinho; FONSECA, Paula Fontana; OLIVEIRA, Guilherme; FRANCO, Júlia Cizik. Núcleo de Educação Terapêutica: um espaço de invenção na clínica com crianças psicóticas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 259–274, jun. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n2p259.5 *

LERNER, Ana Beatriz Coutinho; FONSECA, Paula Fontana. De que social somos feitos: discurso educativo e seus efeitos de verdade. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 50, p. 65-72, June 2020 . DOI: https://doi.org/10.5935/2175-3520.20200007. *

MEIRELLES, Carlos Eduardo Frazão. Efeitos terapêuticos do discurso escolar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DO LEPSI IP/FE-USP, 7., 2008, São Paulo. **Formação de profissionais e a criança-sujeito**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. *

MEXKO, Sara; GALHARDI, Cristiano Machado. Psicose infantil: revisão de literatura a partir da psicanálise lacaniana. **Psicologia Argumento**, *[S. l.]*, v. 32, n. 77, 2017. DOI: 10.7213/psicol.argum.32.077.AO07. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20041. Acesso em: 21 set. 2026. *

MURIA, Elisangela; BITTENCOURT, Henrique Borba. Reflexões sobre psicose(s) infantil(is): como avaliar. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 40-45, jan./jun. 2024.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. **Linhas**, v. 9, n. 1, p. 4–18, 2008.

REVAH, Daniel; PEDREIRA, Maria Gabriela Guidugli. Um dispositivo clínico para a formação continuada de professores. **Estilos da Clínica**, v. 29, n. 2, p. 237–253, 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v29i2p237-253 *

RIBEIRO, Jeanne Marie de Leers Costa; BASTOS, Angélica. O lugar do analista na extensão da psicanálise à inclusão escolar. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 26–35, 2007. *

SANINE, Patricia Rodrigues; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Explorando nexos entre a construção social da criança e as práticas de saúde. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 199-215, jan./mar. 2018.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: J&M Martins, 2007.

SANTOS, Silvano Messias dos; SANTOS, Adail Silva Pereira dos. Constituição da subjetividade e o lugar da instituição escolar: desejo, laços e implicação docente na escuta de crianças. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 12, p. 20–35, 2022.

SILVA, C. F.; CARVALHO, J. N. M. A construção histórica e social da infância: um diálogo entre alguns dos principais pesquisadores contemporâneos que estudam temas relacionados à cultura das crianças e à/s infância/s. **Série-Estudos**, v. 28, n. 64, p. 49–68, 2023. DOI: https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v28i64.1743

SOLER, Colette. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

VANOLI, Enriqueta Nin; BERNARDINO, Leda Fischer. Psicose infantil: uma reflexão sobre a relevância da intervenção psicanalítica. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 250-267, 2008.

VASQUES, Carla K. A babel diagnóstica e a escolarização de sujeitos com autismo e psicose infantil: atos de uma leitura. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, 2009.

VOLNOVICH, Jorge. **A psicose na criança**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Crianças fora-de-série**: psicanálise e educação inclusiva. 2021. 277 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.